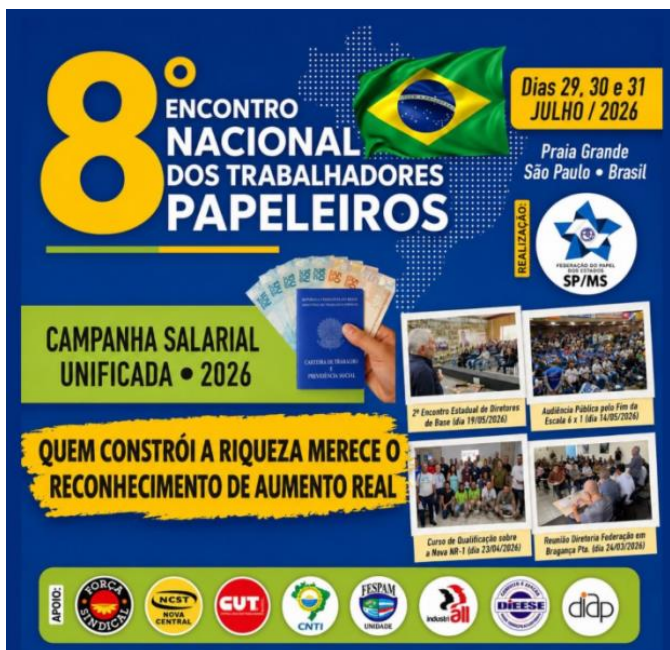


**Brasília-DF, 22 de julho de 2026**



da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.

O encontro reunirá dirigentes sindicais de todo o país para alinhar estratégias de atuação e reforçar a mobilização em torno de uma das principais pautas da classe trabalhadora. A proposta busca promover melhores condições de trabalho, ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores e estimular relações laborais mais equilibradas.

A plenária será realizada pela plataforma Zoom e contará com a participação das centrais sindicais NCST, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Intersindical e Pública Central do Servidor.

A participação dos dirigentes e representantes sindicais é fundamental para fortalecer a unidade do movimento sindical e ampliar o diálogo sobre a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

Plataforma: Zoom

Link da reunião: <https://cut-org-br.zoom.us/j/84709242309?pwd=qOc9ik7zkbS8F3x26wIERMqfOn4q92.1>

ID da reunião: 847 0924 2309 - Senha de acesso: 868919

Fonte: NCST

## Centrais Sindicais promovem plenária sobre redução da jornada e fim da escala 6x1



## Governo vai liberar R\$ 13,2 bi em lucros do FGTS aos trabalhadores: veja quem recebe

*Valor está previsto para cair nas contas vinculadas em agosto*

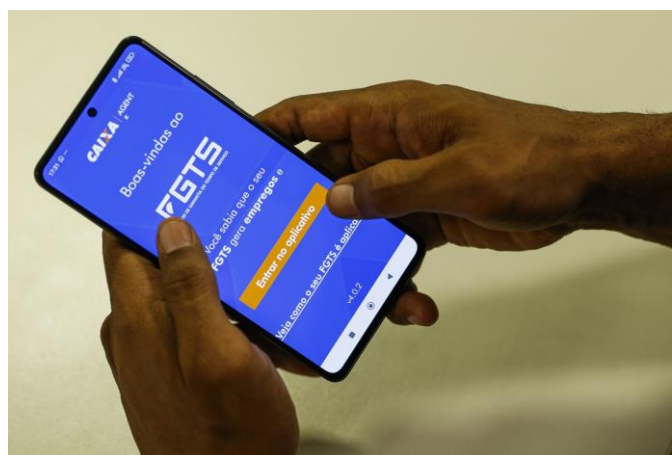


Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Neste ano, o governo deve distribuir aos trabalhadores R\$ 13,2 bilhões do lucro auferido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2025. A cifra representa 90% do resultado obtido, de R\$ 14,7 bilhões. Receberão o crédito cotistas que

As centrais sindicais promovem, nesta quarta-feira (22), às 11h, uma Plenária Nacional virtual para discutir os próximos passos da mobilização em defesa

**Brasília-DF, 22 de julho de 2026**

tinham saldo nas contas ativas e inativas em 31 de dezembro do ano passado.

A medida, proposta pelo Ministério do Trabalho, será analisada pelo grupo técnico de apoio ao Conselho Curador, nesta terça-feira.

O Conselho precisa aprovar a proposta na reunião no dia 28 de julho. A Caixa, gestora do FGTS, tem até o final de agosto para fazer o depósito nas contas vinculadas. O valor depositado será proporcional aos saldos existentes.

Com a medida, os trabalhadores terão ganho total superior à inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou 2025 em 4,26%.

Em 2024, o governo dividiu entre os cotistas R\$ 12,9 bilhões, que corresponderam a 95% do lucro registrado pelo Fundo naquele ano. Com isso, o ganho para os cotistas foi de 6,5% sobre o saldo existente na conta ativa e inativa. Foram contempladas 134 milhões de contas.

O valor creditado é incorporado ao saldo e só poderá ser retirado nas modalidades previstas em lei, como demissões sem justa causa, compra da casa própria, aposentadoria ou casos de doenças graves.

#### **Decisão do STF**

A distribuição de lucros do FGTS atende a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2024, que determinou que o saldo das contas deve ser corrigido, no mínimo, pelo IPCA.

Na prática, se a remuneração oficial, composta pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano, for inferior à inflação, o Conselho Curador do Fundo deve obrigatoriamente realizar uma compensação, que pode ser efetuada justamente por meio da distribuição dos resultados anuais.

Representantes da construção civil no Conselho Curador defendem a divisão de uma parcela menor do lucro, alegando que a remuneração oficial das contas do Fundo já será suficiente para cobrir a inflação.

Uma das preocupações do setor é a tendência de redução das disponibilidades do FGTS, principal fonte de recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, em decorrência de autorizações de saques especiais, como para trabalhadores demitidos que aderiram à modalidade de saque-aniversário.

A estratégia de reter uma parte do lucro teria como objetivo reforçar o patrimônio líquido (PL) do FGTS. No ano passado, o Fundo liberou R\$ 12,5 bilhões a fundo perdido para beneficiários do Minha Casa, Minha

Vida. Ao todo, o orçamento aprovado pelo Fundo somou R\$ 142 bilhões, destinados para habitação, saneamento e mobilidade urbana.

Fonte: Agência O Globo

## **Governo destina R\$ 547 milhões para ressarcir beneficiários do INSS**

*Texto prevê crédito extraordinário para reembolsar descontos indevidos*



© Marcelo Camargo / Agência Brasil

O governo federal autorizou repasse de R\$ 547 milhões para ressarcir beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas de descontos indevidos. A medida está publicada na edição desta terça-feira (21) do Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, o crédito extraordinário será destinado ao programa Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania e serão executados pelo INSS.

O objetivo é garantir o reembolso de valores descontados de forma irregular de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. Os recursos integram o orçamento da própria seguridade social.

#### **Crédito extraordinário**

O crédito extraordinário é um instrumento previsto na Constituição Federal para atender despesas urgentes e imprevisíveis. Nesses casos, os recursos podem ser liberados por medida provisória, com efeito imediato, antes da análise pelo Congresso Nacional.

A Medida Provisória nº 1.378 será encaminhada ao Congresso, que deverá apreciar o texto para conversão em lei.

Fonte: Agência Brasil

Brasília-DF, 22 de julho de 2026

## Adriana Marcolino destaca impacto do salário mínimo na economia

*Artigo de Adriana Marcolino defende a valorização do salário mínimo como política pública que reduz desigualdades, fortalece a economia e amplia direitos*



O artigo de Adriana Marcolino, publicado no jornal O Globo, destaca a valorização do salário mínimo como política pública essencial para reduzir desigualdades e fortalecer

direitos.

Além disso, a autora argumenta que o piso nacional promove redistribuição de renda, impulsiona a economia, amplia o consumo e fortalece a proteção social brasileira.

Segundo o artigo, evidências históricas e estudos econômicos demonstram que a valorização do salário mínimo gera benefícios sociais, fiscais e econômicos amplamente distribuídos pelo país.

**Confira, a seguir, o artigo na íntegra:**

### Salário mínimo: uma das políticas públicas de melhor custo-benefício do Brasil

A dignidade humana é um dos princípios da Constituição brasileira. Ou seja, a Constituição diz que todo ser humano possui valor intrínseco e deve ter assegurada vida digna. A instituição de um salário mínimo como piso nacional para trabalhadores e beneficiários da previdência, com frequente valorização, responde a esse fundamento.



Apesar de sermos a 10ª maior economia mundial, somos um dos países que mais concentra renda. O salário mínimo e a valorização dessa remuneração, ao promoverem redistribuição de renda, são uma forma de se tentar reequilibrar a balança. O piso nacional é também uma barreira civilizatória contra a superexploração do trabalho e sustenta parte relevante da proteção social. Representa um direito fundamental, não mera concessão.

A história mostra que períodos de arrocho ou estagnação do salário mínimo ampliam a concentração de renda. Durante a ditadura, por exemplo, o piso foi comprimido sob o argumento de risco de inflação, mesmo em cenário de crescimento econômico.

Por outro lado, a valorização do piso nacional, nas

últimas duas décadas, reduziu a concentração de renda, ao elevar a base salarial. E mais: com o aumento da renda de 62 milhões de brasileiros, houve estímulo da atividade econômica, do emprego e do mercado interno. Em relação a uma possível pressão inflacionária, existem instrumentos para elevar a oferta dos bens consumidos pelas famílias de menor renda.

Críticos da valorização do salário mínimo falam dos impactos fiscais, porém pesquisadores do Ipea demonstram que o reajuste não deve ser analisado só pela ótica das despesas públicas, pois 47% do aumento retorna aos cofres públicos com a arrecadação tributária direta. Considerando o efeito multiplicador, o retorno é de 88% no cenário conservador e, no otimista, supera os gastos em 3,5%. A política ainda promove redistribuição interfederativa, pois estados e municípios obtêm retorno superior aos custos, e a União recupera 41% dos recursos investidos.

Todos queremos que as pessoas tenham, no mínimo, comida, casa, luz, água, internet, saúde, educação, e o salário mínimo é uma das medidas mais efetivas para melhorar as condições de vida da população. Pelos efeitos econômicos e sociais e ampla cobertura, está entre as políticas públicas mais transformadoras e de melhor custo-benefício do país.

*Adriana Marcolino é diretora técnica do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*

Fonte: Rádio Peão Brasil

## EPIs salvam vidas e reforçam segurança dos eletricitários

*Sindicato reforça uso correto de EPIs e destaca prevenção como principal medida para proteger eletricitários contra acidentes e preservar vidas.*



O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo reforçou a importância do uso correto dos Equipamentos de

**Brasília-DF, 22 de julho de 2026**

Proteção Individual para prevenir acidentes e preservar vidas diariamente.

Além disso, a entidade alertou que eletricitários enfrentam riscos constantes, incluindo choques elétricos, quedas e acidentes graves, exigindo atenção permanente às medidas preventivas adotadas.

Entre os principais equipamentos recomendados estão capacetes isolantes, óculos, protetores faciais, luvas, botinas dielétricas, roupas antichama, protetores auriculares e dispositivos contra quedas seguros.

Para atividades em linhas energizadas, os profissionais também devem utilizar equipamentos específicos, compatíveis com a tensão elétrica e os riscos envolvidos em cada operação.

Segundo a Diretoria de Saúde e Segurança, cada equipamento desempenha função essencial na redução dos riscos ocupacionais, protegendo trabalhadores contra impactos, queimaduras, choques e quedas.

Enquanto capacetes reduzem impactos e choques, luvas e botas evitam condução elétrica. Além disso, roupas antichama minimizam queimaduras provocadas por arcos elétricos.

Da mesma forma, talabartes, trava-quedas e outros sistemas específicos garantem maior proteção aos profissionais que executam atividades em altura, reduzindo significativamente os riscos ocupacionais.

O material também destacou que empresas e trabalhadores compartilham responsabilidades pela segurança. Empregadores devem fornecer EPIs certificados, treinamentos periódicos e equipamentos em perfeitas condições.

Por outro lado, os eletricitários precisam utilizar corretamente todos os equipamentos fornecidos, além de cumprir rigorosamente os procedimentos previstos nas normas regulamentadoras de segurança.

A campanha reforçou que prevenir acidentes representa a estratégia mais eficiente para proteger trabalhadores. "Trabalhar sem os EPIs coloca sua vida em risco", alerta o informativo.

Por fim, o Sindicato destacou que investir em segurança vai além das exigências legais. A iniciativa fortalece a cultura preventiva e reafirma compromisso permanente com a vida.

Fonte: Rádio Peão Brasil

**AGORA A LUTA É NO SENADO!**

**REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1**

**SEM REDUÇÃO SALARIAL**

**#VOTASENADO**

A redução da jornada beneficia trabalhadores, empresas e o Brasil. **Todos ganham!**

**REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1**

Em 26 de maio de 2026 Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos e o movimento social celebraram a aprovação na Câmara dos Deputados, por 461 votos favoráveis e 19 contrários, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1.

Essa vitória histórica para a classe trabalhadora brasileira, resultou de um processo de diálogo e negociação com os deputados e deputadas e com o Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, que conferiram prioridade a essa pauta.

Agora é a vez do Senado Federal mostrar que também está do lado das trabalhadoras e dos trabalhadores!

Estamos confiantes de que o presidente do Senado Davi Alcolumbre terá a sensibilidade e a sabedoria necessárias para conduzir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

**A REDUÇÃO DA JORNADA GARANTIRÁ:**

- ✓ SAÚDE
- ✓ FAMÍLIA
- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ LAZER
- ✓ DESCANSO

A PEC assegura aos setores econômicos oportunidade e tempo para adaptação e transição, prevê a redução da jornada de forma compatível com as transformações do mundo do trabalho e fortalece a negociação coletiva para tratar da diversidade da realidade setorial.

**São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.**

**É POSSÍVEL E NECESSÁRIO**

**A REDUÇÃO DA JORNADA:**

- ✓ AUMENTA PRODUTIVIDADE
- ✓ INCENTIVA A INOVAÇÃO
- ✓ QUALIFICA O TEMPO DE TRABALHO
- ✓ REDUZ ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS
- ✓ GERA NOVOS EMPREGOS

**#VOTASENADO**